

## **Entre o Ódio e a Desinformação: O Controle Biopolítico das Sexualidades no Brasil<sup>1</sup>**

Carolina BONOTO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### **RESUMO**

Este artigo apresenta reflexões iniciais sobre os enlaçamentos entre desinformação e o controle biopolítico dos corpos e comportamentos. A partir de uma breve retomada histórica das relações de poder que gravitam em torno das sexualidades, busco localizar a fabricação e disseminação intencional de informações falsas enquanto um mecanismo de controle social. Em um contexto de emergente conservadorismo, enraizado no fundamentalismo religioso, questões de gênero e sexualidade colidem frontalmente com a preservação de determinadas fronteiras morais. A proposta desta investigação é que tais disputas discursivas sejam pensadas dentro do contexto histórico, cultural e político em que se inserem, desvelando o que reside por trás dos temores da renegociação de padrões normativos em direção à uma sociedade mais igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica; Desinformação; Discurso; Sexualidades.

### **INTRODUÇÃO**

A veiculação de conteúdo enganoso envolvendo questões de gênero e sexualidade é um fenômeno privilegiado para a compreensão do local reservado às lésbicas, gays, bissexuais e trans nas sociedades contemporâneas. A discussão gravita, de modo geral, em torno de múltiplas redes de poder-saber-prazer (FOUCAULT, 2015) que provocam intenso efeito regulatório nas formas de experienciar as identidades sexuais e de gênero.

Com dimensão transnacional, a emergente onda conservadora, tornada mais aguda na última década, vêm utilizando a disseminação de boatos e/ou informações inverídicas na tentativa de incidir sobre a opinião pública e, com isso, reforçar crenças pré-existentes, conter os avanços dos movimentos em defesa dos direitos humanos e, em última instância, fortalecer a exclusão sistemática de determinados grupos sociais.

Ganham relevo casos como o de Uganda, onde as narrativas jornalísticas afirmam, repetidamente, que a homossexualidade é um comportamento ocidental “adquirido” com

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) e pesquisadora do MIDIARS (Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes), e-mail: c.bonoto@gmail.com.

interesse de desestabilizar os valores familiares (STRAND; SVENSSON, 2019); ou da Tunísia, quando “falsas notícias” circularam afirmando que o casamento entre um cidadão nacional e um estrangeiro do mesmo sexo havia sido reconhecido, ainda que a homossexualidade seja criminalizada no país, gerando notório aumento nos discursos de ódio contra LGBTs (NOTARO, 2020); já Taiwan enfrentou, às vésperas de votar sua lei de casamento igualitário, um crescimento vertiginoso de desinformação sobre o assunto, incluindo, por exemplo, alegações de que homossexuais HIV-positivo “invadiriam” o país com a finalidade única de casar com taiwaneses e, assim, acessar tratamento médico gratuito, causando uma sobrecarga no sistema de saúde (STEGER, 2018).

Mais recentemente, o vídeo de um bloco LGBT do carnaval brasileiro, gravado em 2018, voltou a circular nas redes digitais, desta vez na Itália e de forma ampla, logo após a confirmação dos primeiros casos de Coronavírus, em 2020, com menções de que se trataria da “última festa gay” pré-pandemia e que “Deus tem todo direito de estar furioso com a humanidade” (GREENSPAN, 2020), atribuindo parte da responsabilidade pela crise sanitária à população LGBT do país.

É possível perceber, do norte da África ao sul da Europa, passando pelo leste asiático, a centralidade que temas relativos a gêneros e sexualidades – e por extensão, aos corpos, às práticas e aos comportamentos sexuais – têm ocupado nas disputas político-ideológicas da atualidade. Na América Latina, o extenso e profundo legado colonial do Catolicismo, destacado por Sonia Corrêa (2018), soma-se aos impactos da expansão evangélica das últimas duas décadas e resulta em uma aparente apatia coletiva, que interpreta os ataques religiosos contra as pautas democráticas das minorias sexuais como “mais do mesmo”, define a autora.

O Brasil, por sua vez, ainda enfrenta um cenário de polarização político-ideológica, acirrada nas eleições presidenciais de 2018 (RECUERO *et al.*, 2020), com impacto direto na circulação de desinformação nas mídias digitais. Assim, a partir de revisão bibliográfica e inspirada nos trabalhos de Derakhshan e Wardle (2017; 2018); Tucker *et al.* (2018) e Recuero (2019), utilizo o conceito de desinformação para definir as informações falsas, imprecisas ou descontextualizadas intencionalmente fabricadas ou manipuladas para influenciar o debate público e/ou causar dano a algo ou alguém.

Neste artigo, apresento reflexões iniciais de uma pesquisa situada nos entrecruzamentos da comunicação, da sexualidade e do controle biopolítico dos corpos. Em um contexto de avanço expresso do conservadorismo, a expectativa é que a análise

da circulação de desinformações sobre sexualidade enquanto um mecanismo de dominação possa oferecer novos enquadramentos para a compreensão dessas complexas dinâmicas de produção de sujeitos e diferenças. Para tanto, resgato uma breve trajetória sobre a sexualidade no intuito de evidenciar as construções históricas e discursivas que, ainda hoje, sustentam exclusões e interdições. A partir de uma perspectiva biopolítica de controle sobre os corpos são debatidas algumas das relações de poder que atuam na hierarquização das sexualidades. Em seguida, apresenta-se o potencial estratégico do uso de discursos desinformativos na criação de disputas morais que, ao incidirem sobre a opinião pública, contribuem para a manutenção da ordem heteronormativa e regulação societária.

## **A HISTÓRIA BIOPOLÍTICA DA SEXUALIDADE**

A sexualidade é um dispositivo histórico (FOUCAULT, 2015). Uma invenção social constituída por meio de múltiplos discursos que regulam, normatizam, instauram saberes e produzem verdades. Para Michel Foucault (2015), em *A História da Sexualidade: a vontade de saber*<sup>3</sup>, o constrangimento trazido ao se falar em sexo é recente, sendo que, até o início do século XVII, as práticas sexuais não procuravam o segredo e “os corpos pavoneavam” (FOUCAULT, 2015, p. 07).

Já no final do século XVII, a sexualidade vira tabu: assunto proibido, cheio de mistérios, circunscrito às quatro paredes do quarto. O sexo e suas intimidades são confiscados pela família conjugal. Passa a ser restrito à figura do casal, responsável pela procriação e, por isso, incumbido de legitimidade. Nesse momento de desenvolvimento do capitalismo, Foucault (2015) questiona como seria possível, na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, tolerar que ela fosse dissipada pelos prazeres corpóreos, salvo aqueles, reduzidos ao mínimo, que permitissem a reprodução. O controle dos indivíduos é, então, exercido sobre seus corpos, tornados dóceis e economicamente úteis, em uma sociedade “disciplinar”<sup>4</sup>.

Foucault propõe a existência de uma relação entre poder, corpo e sexualidade. Na perspectiva foucaultiana, o poder é apresentado como uma rede difusa que está em toda

<sup>3</sup> Obra originalmente lançada em 1976.

<sup>4</sup> Ainda que considere legítimo indagar a razão pela qual, durante tanto tempo, associou-se o sexo ao pecado – o que chamou de “hipótese repressiva” –, Foucault (2015) desloca sua atenção para a questão de “por que dizemos com tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?” (FOUCAULT, 2015, p.13). O autor, portanto, não nega a existência de uma repressão sexual, apenas a inscreve dentro de dinâmicas de poder mais amplas.

---

parte e provém de todos os lugares. Afastando-se de concepções mais tradicionais, que defendiam a concentração do poder nas mãos do Estado, Foucault (1993; 2015) destaca a sutileza das relações de poder no tecido societal. Assim, o poder não deve ser visto como uma força negativa ou repressiva. De forma capilarizada, ele permeia o cotidiano, produz discursos e constitui nossas estruturas de percepção e leitura de mundo.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a implementação do capitalismo industrial em diversos países faz surgir uma reconfiguração no exercício de poder, incorporando o novo fenômeno dos grandes aglomerados urbanos. De acordo com Foucault (2015), pela primeira vez:

[...] centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar: tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população* (FOUCAULT, 2015, p. 150, *grifos do autor*).

A sujeição dos corpos e o controle da população são incorporadas às preocupações do poder – um biopoder, portanto. Foucault (2015) reforça que esse novo fenômeno não significa a extinção da tecnologia disciplinar. Ao contrário, o poder disciplinar, que age sobre os indivíduos, passa a ser complementado pela biopolítica, que age sobre a espécie e sua manutenção, ou seja, no corpo coletivo como um todo.

Para além de produzir um corpo dócil, a biopolítica busca gerir a população como um problema científico, que é também político. Sobre isso, Foucault (2015) afirma que o elemento nuclear na gestão da população é a norma e, por consequência, os regimes de normalização, que não só distinguem o “normal” e o “anormal”, mas também induzem, por técnicas polimorfas de poder, a adoção dos padrões instituídos em sociedade.

Se até o século XVII a sexualidade era mantida em silêncio, a partir de então é perceptível uma explosão discursiva sobre o assunto. É suposto que se deve falar de sexo não apenas como algo a ser tolerado, mas como uma atividade a ser gerida e regulada para o bem de todos: o sexo não se julga, apenas administra-se, destaca Foucault (2015). Tais discursos, em grande maioria, convergem para a monogamia heterossexual, como norma, enquanto as sexualidades “dissidentes” são combatidas, naquilo que Jeffrey Weeks (2013) denomina institucionalização da heterossexualidade.

Weeks (2013) afirma que, antes do século XIX, a homossexualidade existia, mas o/a homossexual não, sugerindo a presença da prática, do afeto e do desejo entre pessoas

de mesmo gênero em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, como parte dos costumes e dos hábitos sociais – aceita ou rejeitada. Porém, é somente no século XIX, nas sociedades industrializadas ocidentais, que se desenvolve “uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada” (WEEKS, 2013, p. 64).

Os múltiplos comportamentos sexuais começam a ser analisados, reconhecidos e classificados. Em 1869, durante um período de intensas pressões por uma reforma sexual na Alemanha, onde práticas homossexuais eram proibidas por lei, o escritor Karl-Maria Kertbeny<sup>5</sup> cunhou as expressões “heterossexualidade” e “homossexualidade” para designar duas manifestações legítimas do desejo humano (WEEKS, 2013). Entretanto, nas mãos de sexólogos pioneiros da época, a homossexualidade se torna uma descrição médico-legal-moral<sup>6</sup> para definir “inversões sexuais”, aponta Weeks (2013).

No final do século XIX, o recém-surgido campo da sexologia se propôs a catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ordenando distinções entre o “normal” e o “anormal”. Os atos sexuais são, então, sobrecarregados com um excesso de significância, destaca Gayle Rubin (2003). Para a antropóloga norte-americana, as sexualidades foram avaliadas conforme um sistema hierárquico de valores, onde:

[...] a sexualidade que é “boa”, “normal”, e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deveria ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. Não deveria envolver pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais de qualquer tipo, ou outros papéis que não o masculino e feminino. Qualquer sexo que viole as regras é “mal”, “anormal” ou “não natural”. O “mal” pode ser o homossexual, fora do casamento, promíscuo, não-procriativo, ou comercial (RUBIN, 2003, p. 17-18).

Em uma pirâmide de respeitabilidade sexual, a autora explica que o indivíduo cujo estilo de vida está no topo dessa hierarquia é recompensado com legalidade, saúde mental certificada, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na outra via, quanto mais abaixo na escala de comportamentos, maiores as presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas.

<sup>5</sup> Na literatura sobre o tema é possível encontrar o nome Karoly Maria Benkert, seu nome de batismo.

<sup>6</sup> No livro *Psychopathia Sexualis*, de 1886, Richard von Krafft-Ebing lista alguns comportamentos que desafiavam a norma reprodutiva heterossexual, fixando o conjunto heterogêneo de variedades “bizarras” do comportamento sexual (bestialismo, fetichismo, masoquismo, pedofilia, sadismo, travestismo, zoofilia, etc). Uma prática sexual estigmatizada, a sodomia, passou a ser encarada como o cerne de um desvio da normalidade e o recém-criado homossexual tornou-se alvo de preocupação por encarnar temores de uma sociedade com rígidos padrões de comportamento (MISKOLCI, 2007, p. 104-105).

---

Na mesma linha, Weeks (2013) sinaliza que nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, produtos de um fenômeno natural: elas têm sido modeladas no interior de intensas relações de poder. A Igreja, o Estado, a medicina, a psicologia e as escolas são algumas das instâncias, elencadas pelo autor, que têm procurado estabelecer as formas apropriadas de viver os corpos e os prazeres.

Durante quase um século, a visão biológica e determinista sobre as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo foi predominante. A reprodução sistemática de discursos heteronormativos cristalizou, no imaginário coletivo, os limites entre o aceitável e o condenável; o permitido e o criminalizado; e, em última instância, o normal e o desviante. A heteronormatividade pode ser pensada, portanto, como uma variação contemporânea do conceito de dispositivo de sexualidade, cunhado por Foucault (2015), que busca organizar o nível social a partir de um arranjo dito coerente, superior e natural.

Para Judith Butler (2015), o “sexo”, assim como em Foucault, é interpretado como um ideal regulatório que, por sua vez, produz os corpos por meio de uma repetição ritualizada das normas. Dentro da matriz heterossexual, nos termos de Butler, a “viabilidade” dos sujeitos é delimitada a partir da coerência entre sexo, gênero e desejo<sup>7</sup>. Na mesma linha, Richard Miskolci (2009; 2012) situa o conceito de heteronormatividade como a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo, que expressa as expectativas, demandas e obrigações derivadas do pressuposto da heterossexualidade enquanto fundamento basilar da sociedade.

A repetição desse modelo normalizador é, muitas vezes, acompanhada pela rejeição da homossexualidade e, não raro, expressa por declarada LGBTfobia, resalta Guacira Lopes Louro (2013). O termo LGBTfobia indica, essencialmente, o ódio e a aversão à homo-bi-transsexuais e a todas as manifestações de sexualidades não hegemônicas ou expressões de gênero distintas do padrão binário masculino-feminino. É, segundo Daniel Borrillo (2009), do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal.

---

<sup>7</sup> Nesse sentido, os “inviáveis” ou abjetos são os corpos que não encontram legitimidade social por não se referenciar nos ideais hegemônicos de gênero, sexualidade e raça, por exemplo, o que interfere na relevância político-social e, de forma mais extrema, no próprio *status* humano.

---

Assim, refletir sobre as articulações possíveis da heteronormatividade é fundamental para percebermos os jogos de poder que compõem o sistema sexo/gênero e também suas dimensões invariavelmente biopolíticas por introduzirem um corte entre o que pode viver e o que pode morrer. A seguir, dedicamo-nos ao debate da circulação de discursos desinformativos sobre pautas do ativismo LGBT, sobretudo em seus aspectos morais, localizando tal estratégia enquanto eixo articulador de diferentes grupos conservadores contrários ao avanço dos direitos sexuais.

## DESORDENS INFORMATIVAS E DISPUTAS MORAIS

O conceito de desinformação tem sido amplamente debatido e reformulado pela literatura contemporânea. Neste trabalho, entendo desinformação (*disinformation*) a partir da proposta de Derakhshan e Wardle (2017; 2018) como toda informação falsa intencionalmente fabricada ou manipulada para influenciar o pensamento e/ou o comportamento dos indivíduos. Trata-se de um dos três tipos de “desordens informativas” (DERAKHSHAN, WARDLE, 2017; 2018), que ainda englobam a má-informação (*malinformation*), cujo teor é real, porém o objetivo é atingir uma pessoa, organização ou país, sem interesse público; e a desinformação não-intencional (*misinformation*), quando a informação é falsa, assume seu teor falso, porém a audiência, por erro, acredita que seja verdadeira.

Desordens informativas se referem, portanto, ao espalhamento de informações falsas, descontextualizadas, manipuladas, ou ainda fruto de enganos e boatos, potencializados pelas características da mídia social (SOARES *et al.*, 2019). Ainda que com distinções entre si, as consequências das desordens informativas na sociedade e no ecossistema comunicacional podem ser similares, pois, como destaca Recuero (2019), são todas utilizadas para criar dúvidas e descrenças, ou seja, desinformar.

Apesar de a produção de informações enganosas não ser novidade, o debate ganhou força com a popularização da expressão “*fake news*” durante a corrida presidencial norte-americana de 2016, que elegeu Donald Trump<sup>8</sup>, e também durante o *Brexit*<sup>9</sup>. Hoje, o termo é utilizado livremente para referenciar boatos, rumores, fatos

---

<sup>8</sup> Investigação relacionada ao uso, sem autorização, dos dados de 50 milhões de usuários de internet, pela empresa *Cambridge Analytica*, para o direcionamento de propagandas eleitorais em favor do candidato republicano, e também de falsas informações contra a então adversária, a democrata Hillary Clinton.

<sup>9</sup> Controverso referendo que levou à saída do Reino Unido da União Europeia, cujo período de votação foi marcado pela disseminação de informações falsas e discursos de ódio xenófobos.

inverídicos ou distorcidos em circulação, sobretudo nas mídias digitais, revelando o caráter polissêmico e até contraditório que o termo tem adquirido na literatura acadêmica e também no cotidiano social.

Aqui, evito o uso de “*fake news*” por compreendermos que as notícias, por definição, não podem ser falsas. Ou seja, falsas são as narrativas que emulam padrões de linguagem, aparentam legitimidade e subvertem as noções de credibilidade inerentes ao jornalismo. De modo geral, percebe-se a desinformação como um discurso que disputa visibilidade e legitimação e, por isso, potencialmente nocivo ao avanço democrático.

Talvez a mais emblemática da atualidade, a desinformação sobre o “kit gay”, como é pejorativamente chamado, já circula há quase uma década<sup>10</sup> e, ainda assim, recebeu espantosa notoriedade durante a última disputa presidencial<sup>11</sup>. Acusado de incentivar a sexualização de crianças e colocar em risco a moralidade da família, principalmente pelas bancadas religiosas da Câmara de Deputados, o projeto “Brasil sem Homofobia” sequer chegou às escolas públicas brasileiras. Independentemente, informações distorcidas e conteúdos falsos continuaram em trânsito nas redes digitais, carregadas de apelo emocional e desenhadas para causar conflitos sociais.

Nas mídias digitais, atores tendem a compartilhar informações baseadas em suas próprias crenças e percepções, especialmente em assuntos polêmicos (RECUERO, GRUZD, 2019), fazendo surgir redes de conversão extremamente polarizadas que causam efeitos negativos na discussão política (TUCKER *et al.*, 2018). O que parece estar nas entrelinhas dos argumentos contrários ao “kit gay” é o medo de uma identificação não-heterossexual ainda na infância ou adolescência. A defesa da família – especialmente da criança –, encobre, na realidade, um desejo de conter politicamente o debate sobre gênero e sexualidade e manter um modelo heteronormativos de sociedade.

Na visão de Paul B. Preciado (2013), a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. O “fantasma da homossexualidade” torna justificável a naturalização da norma e, sendo assim, a vigilância de gênero começa ainda no berço,

---

<sup>10</sup> O projeto “Escola sem Homofobia”, criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2011, consistia em um conjunto de materiais didáticos sobre gênero, diversidade sexual e preconceito, destinado aos/as professores/as escolas públicas. Causou grande polêmica entre setores conservadores da sociedade e, após muita disputa política, sua distribuição acabou vetada no mesmo ano, pela presidenta Dilma Rousseff (PT).

<sup>11</sup> O levantamento da *Avaaz*, conduzido pela *IDEA Big Data*, com 1.491 brasileiros/as, entre os dias 26 e 29 de outubro de 2018, período do segundo turno presidencial, revelou que 83,7% dos/as entrevistados/as acreditou na informação de que Fernando Haddad (PT), candidato ao cargo, distribuiu “kit gays” nas escolas públicas quando era ministro da Educação. As informações falsas como essa buscavam atingir os/as eleitores/as e influenciar suas decisões de voto em favor de Jair Bolsonaro (PSL), candidato supostamente defensor da ordem tradicional e dos valores morais cristãos. Os dados estão disponíveis em: <https://bityli.com/NK4B4>.



---

garantindo a heterossexualidade como caminho único. Sobre isso, reverberamos o questionamento feito por Louro (1997): se a identidade heterossexual é, efetivamente, natural, por que a necessidade de tanto empenho para garanti-la?

Ao investigar a luta pela parceria civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, Miskolci (2007) localiza os pânicos morais enquanto mecanismos de resistência à transformação societária que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, sobretudo àquelas que representam uma suposta ameaça à ordem social. São “plenamente caracterizados quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais” (MISKOLCI, 2007, p. 114). No olhar de Rubin (2003), os pânicos morais são o “momento político do sexo” em que atitudes difusas são canalizadas em ação política. A autora atribui à mistificação da sexualidade o fato de serem comumente combatidas a partir de “ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas” (RUBIN, 2003, p. 36).

Para Miskolci (2007), os pânicos morais nunca são espontâneos, são produto da catalisação de temores já existentes na coletividade, estimulados por agentes variados. Nisso, a estrutura das mídias digitais permite que desinformações circulem e ecoem preconceitos e visões restritas de mundo. Os usos de redes de *bots*, *memes*, *trolls* e disparo massivo de mensagens também redesenham o já complexo ecossistema das conversações políticas nas mídias sociais (TUCKER *et al.*, 2018) com o potencial de criar falsas percepções de consenso e influenciar debates através de estratégias inflamatórias, muitas vezes utilizando conhecidos temores sociais.

Como exemplo, é possível citar a suposta identidade ameaçadora do homossexual, sobretudo o masculino, que é frequentemente acionada pelo ressurgimento do temor da pedofilia. Em 2018, publicações feitas em *sites* noticiosos brasileiros sustentavam que o movimento LGBT estivesse incluindo o “P” – de pedófilos, na composição identitária de sua sigla. Recentemente, em 2020, a desinformação voltou a circular denunciando um dito “crescimento de movimentos em defesa da legalização da pedofilia no mundo”<sup>12</sup>. Trata-se de boato originado nos Estados Unidos<sup>13</sup> que, no Brasil, recebeu tratamento estético jornalístico e foi espalhado no intuito de desmoralizar o ativismo LGBT.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/crescem-movimentos-defesa-legalizacao-pedofilia-135658.html>. Acesso em: 28 mai. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: [www.aosfatos.org/noticias/noticia-falsa-que-relaciona-pedofilos-lgbts-foi-importada-dos-eua/](http://www.aosfatos.org/noticias/noticia-falsa-que-relaciona-pedofilos-lgbts-foi-importada-dos-eua/). Acesso em: 06 mai. 2020.

---

Tal conteúdo fabricado, ou seja, totalmente falso e criado com intenção de enganar (WARDLE, 2019), ganha ainda mais visibilidade e relevância ao circular em veículos de mídia hiperpartidários (RECUERO *et al.*, 2020), que utilizam vieses políticos para enquadrar informações ou disseminar desinformações. São mídias que produzem conteúdo com aparência de jornalismo, porém sem a preocupação de que as normas éticas do jornalismo sejam seguidas (SOARES *et al.*, 2019).

Outro aspecto do pânico moral interessante ao debate aqui proposto é a substituição: estratégia que consiste em chamar atenção para um assunto a fim de atingir outra questão (MISKOLCI, 2007, p. 114). Nesse sentido, a fabricação intencional de desinformação desempenha papel fundamental na distorção da realidade. A campanha em favor do projeto Escola sem Partido<sup>14</sup>, por exemplo, veio embalada nas disputas morais travadas, em 2017, sobre a exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, acusada de incentivar a pedofilia e a zoofilia, além de ir contra os bons costumes (LANDINI, 2018)

Ao explorar o conceito de pânico moral a partir do caso *Queermuseu*, Tatiana Landini (2018) sublinha o protagonismo das mídias sociais na condução de uma “cruzada moral” contra a exposição artística. Além do conteúdo apelativo, a autora destaca que muitas das publicações traziam fotos dos quadros aos quais teciam críticas, contraditoriamente contribuindo com a visibilidade do material. A campanha desinformativa contra o *Queermuseu* inverteu a discussão e, paralelamente, impulsionou a agenda conservadora no cenário político brasileiro.

Mais recentemente, em agosto de 2019, a votação do Projeto de Lei 3.369/2015, ou Estatuto das Famílias do Século XXI, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados, foi adiada após intensa campanha de desinformação liderada por “empreendedores morais” (MISKOLCI, 2018), ou seja, autoridades políticas, religiosas e/ou formadores de opinião. Nas redes sociais<sup>15</sup>, relacionaram o texto à legalização de relações incestuosas, poliamorosas e também de pedofilia. Ainda que

---

<sup>14</sup> As bases do projeto Escola sem Partido estão explicitadas em: [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org). Em resumo, diz prezar: “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas” e “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (LANDINI, 2018).

<sup>15</sup> Na rede social Twitter, o pastor e Deputado Federal Marco Feliciano (Podemos-SP) escreveu que o Projeto de Lei legalizaria a poligamia e o incesto, configurando um ataque à família brasileira e à civilização. Já a Deputada Estadual Janaína Paschoal (PSL-SP) sugeriu que o texto normalizaria o incesto e poderia favorecer a pedofilia. O Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), foi mais longe, afirmando que Projeto seria a prova cabal dos planos da esquerda de destruição da família.

fundamentadas em trecho verídico do Projeto<sup>16</sup>, as publicações traziam conteúdo enganoso (WARDLE, 2019) por recontextualizarem as informações, inserindo falsas nuances e amplificando interpretações ideológicas, intencionalmente projetadas para inflamar a opinião pública.

Também nas redes sociais, políticos e ativistas favoráveis à aprovação do Projeto buscaram sublinhar os reais sentidos de igualdade e inclusão propostos no texto, contrapondo as falsas implicações. Percebe-se, nesse caso, o potencial da desinformação em gerar disputas discursivas sobre as discussões políticas e, com isso, disputar a hegemonia da narrativa sobre um fato de impacto político, social ou econômico (SOARES *et al.*, 2019). Há, de um lado, a preocupação com a materialidade das informações em si e, de outro, a tentativa de moldar as informações de acordo com uma visão ideológica heteronormativa de sociedade.

A circulação de narrativas que se opõem e se contradizem contribui para a chamada “poluição da informação” (DERAKHSHAN, WARDLE, 2018) cujos impactos diretos ou indiretos são difíceis de quantificar. Nesse sentido, destacamos a estratégia de *weaponização* das mídias sociais para influenciar o imaginário social, ou seja, o uso dessas plataformas como “armas em guerrilhas informacionais” (RECUERO, 2019, p. 440) no acirramento de polarizações da opinião pública.

Não raro, tais disputas narrativas dão lugar a múltiplos discursos de ódio, assim classificados por serem deliberadamente insultantes, ameaçadores e/ou humilhantes direcionados aos membros desta dita “minorias social”. De acordo com Jeremy Waldron (2012), essa forma de ato discursivo tem o objetivo de transmitir duas mensagens: uma, de conteúdo intimidatório, destinada aos membros do grupo minoritário, e outra, que visa a instigação ao ódio, dirigida ao restante da sociedade para fomentar a aversão coletiva a tais indivíduos. Os atos discursivos de ódio têm por finalidade não apenas atingir um único corpo, mas também aterrorizar um conjunto de pessoas com características comuns, imprimindo uma espécie de aviso sobre o valor dessas vidas. As desordens informativas revelam, então, outra camada biopolítica de controle que interfere, sobretudo, no estabelecimento de uma convivência harmônica na sociedade contemporânea.

---

<sup>16</sup> O Projeto de Lei 3.369/2015, de autoria do Deputado Orlando Silva (PCdoB-BA), é resumido em três artigos, sendo o principal: “Art. 2º. São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas”.

---

Somos seres constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e instauram regimes de verdade predominantes, com valores e moralidades próprias. Nesse sentido, a ignorância se torna uma forma possível de interpretar o mundo. São conhecimentos em relação aos quais há uma “recusa” em se aproximar; aos quais se nega acesso, se resiste. Recuperando Foucault, percebe-se que algumas práticas e alguns sujeitos são impensáveis no interior de determinada cultura, pois não se enquadram, não pertencem. São, portanto, recusados.

Como visto, a abjeção e a exclusão são marcas sociais construídas em relações de poder e reiteradas nas práticas discursivas. A resistência de grupos sociais conservadores ao avanço de pautas de gênero e sexualidade no debate público faz surgir novas barricadas morais, contribuindo para o reforço de antagonismos entre as múltiplas possibilidades de experimentar as identidades sexuais e de gênero.

## CONCLUSÃO

Desde o início da década dos anos 2000, é notório o desenvolvimento de um aparato jurídico voltado à proteção de direitos das “minorias sexuais”, como a aprovação do casamento igualitário; a possibilidade de adoção por casais homoafetivos; e, mais recentemente, a criminalização da LGBTfobia – ainda que juridicamente frágeis. Também houve um aumento significativo na força dos movimentos sociais feminista e LGBT, tanto na sociedade civil quanto na política institucional. Tais progressos, porém, têm provocado reações igualmente organizadas de grupos conservadores, em busca da preservação de valores ditos tradicionais.

Durante o período eleitoral de 2018, questões referentes a gênero e sexualidade assumiram centralidade na agenda conservadora brasileira, acirrando ainda mais o cenário de polarização do debate público (RECUERO *et al.*, 2020). Chama especial atenção, a fabricação de conteúdos falsos ou enganosos que circularam com objetivo de acirrar as hierarquias sexuais (RUBIN, 2003) e orientar a população para um específico regime de verdade, precarizando as estruturas democráticas.

Em uma perspectiva foucaultiana, tais “verdades” estão intrinsecamente relacionadas às articulações entre poder e saber em determinada cultura, em determinado momento histórico. Na resumida historiografia apresentada, alguns aspectos da trajetória marginalizada das sexualidades não normativas são desenredados. Sob o controle de

---

distintas instâncias de poder, essas sexualidades foram valoradas de formas diversas: pela Igreja, como pecado; pela medicina, como doença; e pelo Estado, como crime.

Os discursos reguladores, constantemente reiterados, mantêm as chamadas “minorias sexuais” como alvos diretos de repressões e interdições. A construção de alteridades totais produz, entre tantos exemplos, as biopolíticas de deixar/fazer morrer a população LGBT no Brasil. Quadro que também impulsiona discursos de ódio e exclusões sociais sistemáticas.

Neste estudo, as desordens informativas (DERAKHSHAN; WARDLE, 2017; 2018; WARDLE, 2019), sobretudo aquelas categorizadas como desinformação intencional (*disinformation*), foram exploradas em suas relações biopolíticas com pautas de gênero e sexualidade. Percebeu-se um intuito direto em conter os avanços dos movimentos civilmente constituídos pelos Direitos Humanos, em especial o movimento LGBT; e, principalmente, um desejo de perpetuar fronteiras morais e estigmas sociais basilares às estruturas de dominação.

Os casos observados permitiram entender os usos das mídias digitais enquanto espaços de circulação de desinformação e disputas discursivas, de modo a influenciar a esfera pública (RECUERO; GRUZD, 2019). Tais exemplos nos remetem ao imaginário poderoso ao qual nos referimos sobre o local do debate de gênero e sexualidade como “inimigo público” da sociedade contemporânea. Assim, o exercício de reflexão aqui empreendido procurou indicar a importância de compreender a circulação de desinformação para que possamos encontrar modos de combater esse tipo de fenômeno e, de modo geral, defender os avanços de pautas igualitárias.

## REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). Brasília: Letras Livres, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

---

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. Information Disorder: Definitions. **Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem**. Annenberg: University of Pennsylvania, 2017, p. 5-12.

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. Thinking about ‘information disorder’: formats of misinformation, disinformation, and mal-information. **Journalism, “Fake News” & Disinformation**, UNESCO, 2018, p. 43-54.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GREENSPAN, Rachel. Religious social media posts shamed the 'last gay' party before the pandemic, but the video in question was actually from years ago. **Insider**, 2020. Disponível em: [www.insider.com/fake-news-video-gay-party-pre-coronavirus-from-2018](http://www.insider.com/fake-news-video-gay-party-pre-coronavirus-from-2018).

LANDINI, Tatiana. Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 11, 2018, p. 512-532.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.), Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, 2007, p. 101-128.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, n. 21, 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Revista Pagu**, n. 53, 2018.

NOTARO, Pier Cesare. Tunisia: fake News about gay weddings feeds homofobia. **Il Grande Colibri**, 2020. Disponível em [www.ilgrandecolibri.com/en/tunisia-fake-news-about-gay-weddings-feeds-homophobia](http://www.ilgrandecolibri.com/en/tunisia-fake-news-about-gay-weddings-feeds-homophobia). Acesso em: 09 abr. 2020.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? **Libération**, 2013. Disponível em: [http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer\\_873947](http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947).

---

RECUERO, Raquel. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições de 2018. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 16, n. 47, 2019.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia**, São Paulo, n. 41, 2019, p. 31-47.

RECUERO, Raquel, SOARES, Felipe, GRUZD, Anatoliy. Hyperpartisanship, Disinformation and Political Conversations on Twitter: The Brazilian Presidential Election of 2018. *Anais do ICWSM – International Conference for Weblogs and Social Media (IEEE)*, 2020. Disponível em: <https://aaai.org/ojs/index.php/ICWSM/article/view/7324>.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2003, p. 01-54.

SOARES, Felipe, VIEGAS, Paula, SUDBRACK, Shana, RECUERO, Raquel, HÜTTNER, Luiz Ricardo. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 21, n.3, 2019, p. 2-14.

STEGER, Isabella. How Taiwan battled fake anti-LGBT news before its vote on same-sex marriage. **Quartz**, 2018. Disponível em: [www.qz.com/1471411/chat-apps-like-line-spread-anti-lgbt-fake-news-before-taiwan-same-sex-marriage-vote](http://www.qz.com/1471411/chat-apps-like-line-spread-anti-lgbt-fake-news-before-taiwan-same-sex-marriage-vote). Acesso em: 09 abr. 2020.

STRAND, Cecilia; SVENSSON, Jakob. “Fake News” on sexual minorities is “old news”: a study of digital platforms as spaces for challenging inaccurate reporting on Ugandan sexual minorities. *African Journalism Studies*, 2019, p. 1-20.

TUCKER, Joshua Aaron; GUESS, Andrew; BARBERA, Pablo; VACCARI, Cristian; SIEGEL, Alexandra; SANOVICH, Sergey; STUKAL, Denis; NYHAN, Brendan. **Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature**, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3144139>.

WALDRON, Jeremy. **The harm in hate speech**. Cambridge: Harvard University, 2012.

WARDLE, Claire. Fake News. It’s complicated. **First Draft News**. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/fake-news-complicated>.

WARDLE, Claire. First Draft’s Essential Guide to Understanding Information Disorder. UK: **First Draft News**, 2019. Disponível em: [https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/10/Information\\_Disorder\\_Digital\\_AW.pdf?x76701](https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/10/Information_Disorder_Digital_AW.pdf?x76701).

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 35-82.